

**A GUERRA TEM ROSTO DE MULHER: A
GUERRA NOS QUADRINHOS PELO OLHAR
FEMININO**

**THE WOMANLY FACE OF THE WAR:
THE WAR IN COMICS TROUGH THE
FEMALE GAZE**

**LA GUERRA TIENE ROSTRO DE MUJER:
LA GUERRA EN EL CÓMIC A TRAVÉS DE LA
MIRADA FEMENINA**

Daniela dos Santos Domingues Marino¹

¹ Mestre em Ciência da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo ECA/USP (2018). Doutoranda no programa de pós-graduação em Ciência da Informação na ECA/USP. E-mail: dsdomingues@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8047443418080931>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8713-2254>.

RESUMO

O presente artigo busca refletir acerca das práticas discursivas da memória e da história, no que diz respeito às memórias das mulheres que produzem quadrinhos e apresentam relatos sobre guerras que afetaram suas famílias. Por meio da aproximação e da articulação de conceitos da ciência da informação, estudos de gênero, estudos decoloniais e estudos da memória com histórias em quadrinhos que abordem diversas guerras e que são produzidas por mulheres, é possível garantir não só o acesso às mulheres a um lugar de memória que lhes assegure uma existência futura em registros formais, como também é possível subverter a noção comum de que exista uma história única, pautada em dados que seriam supostamente neutros.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em quadrinhos; estudos de gênero; guerra; memória.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the discursive practices of memory and history, with regard to the memories of women who produce comics and present reports about wars that affected their families. Through the approximation and articulation of concepts from information science, gender studies, decolonial studies and memory studies with comic books that address different wars and that are produced by women, it is possible to guarantee not only access to women to a place of memory that assures them of a future existence in formal records, but it is also possible to subvert the common notion that there is a single history, based on data that would be supposedly neutral.

KEYWORDS: Comics; gender studies; war; memory.

RESUMÉN

Este artículo busca reflexionar sobre las prácticas discursivas de la memoria y la historia, a partir de las memorias de mujeres que producen historietas y presentan relatos sobre guerras que afectaron a sus familias. A través de la aproximación y articulación de conceptos provenientes de las ciencias de la información, los estudios de género, los estudios decoloniales y los estudios de la memoria con historietas que abordan diferentes guerras y que son producidas por mujeres, es posible garantizar no sólo el acceso de las mujeres a un lugar de memoria que asegure de una existencia futura en registros formales, así como es posible subvertir la noción común de que existe una historia única, basándose en datos que serían supuestamente neutrales.

PALABRAS CLAVE: Historietas; estudios de género; guerra; memoria.

INTRODUÇÃO

A ausência das mulheres e de suas narrativas em registros sobre guerras costuma ser mais aparente para estudiosos de gênero e consumidores de produções feitas por mulheres, como é o caso da autora deste artigo, ou seja, narrativas de pessoas que, embora não estivessem necessariamente nas trincheiras, foram tão ou mais atingidas por conflitos quanto seus filhos, irmãos, maridos... E por que suas histórias não constam em registros históricos e livros escolares se, em tese, as mulheres representam metade da população mundial? Entender o que se passa com metade da população não seria de interesse da sociedade de maneira geral?

Há certos aspectos das narrativas sobre guerras contadas por mulheres que subvertem a norma do que costumávamos aprender na escola. Como lembra a Nobel de literatura Svetlana Aleksíevirch, autora de *A guerra não tem rosto de mulher* (Cia das Letras, 2016), “A história das guerras costuma ser contada sob o ponto de vista masculino: soldados e generais, algozes e libertadores. Trata-se, porém, de um equívoco e de uma injustiça.”

Embora Svetlana se refira às mulheres que estiveram diretamente envolvidas nas guerras, o fato é que ao longo de nossas vidas somos muito mais apresentados às narrativas de guerra a partir de uma ideia heroica, mesmo quando se trata de histórias sobre sobreviventes, como em filmes como *A lista de Schindler* (1993) ou *O Pianista* (2002), sempre narradas a partir de um olhar masculino que tem grande foco na superação e outros sentimentos que entendemos como sendo nobres.

Ao comparáramos as histórias em quadrinhos estadunidenses dos anos 1940 com as que foram produzidas mais recentemente, há uma diferença significativa na forma como as mulheres são retratadas. Se à época da Segunda Guerra Mundial havia uma profusão de histórias em quadrinhos que enalteciam a participação das mulheres no front, na maioria das vezes como super-heroínas em títulos como *Girls Commando*, *Pat Parker – War Nurse*, *Mulher-Maravilha*, as representações mais recentes partem de relatos biográficos de quem vivenciou a guerra de maneira muito mais dramática. De certa forma, ao conhecermos os relatos trazidos por Svetlana (2016), vários deles recorrentemente interrompidos ou contrariados pelos cônjuges das entrevistadas, é possível inferir que há aspectos das guerras que não só ilustram que os valores de nobreza e bravura normalmente associados aos homens da história não são tão presentes como nos fazem

acreditar, como também depõem fortemente contra esses homens, uma vez que os atos de violência infligidos às mulheres em todas as guerras são cometidos por eles. Ou seja, o apagamento das mulheres em conflitos, além de reproduzir uma tendência observada em todas as outras esferas da atuação humana, favorece a construção de uma memória coletiva que protege os homens cis da responsabilização e da vergonha por uma série de crimes cometidos contra as mulheres ao longo da história.

Nesse sentido, ao aproximarmos considerações de teóricos da ciência da informação, dos estudos de gênero, estudos da memória e dos estudos decoloniais das narrativas que são contadas a partir das margens, temos acesso a registros que fixam a existência de pessoas que são tão parte da história considerada “canônica” quanto os personagens mais recorrentemente referenciados, nos possibilitando novos olhares sobre o passado e assegurando seu lugar na memória coletiva futura. Ou seja, é por meio das histórias não contadas, da recuperação das narrativas das mulheres que podemos garantir um lugar de memória a elas e, quem sabe, reivindicar alguma reparação quando possível. Assim, a partir de exemplos de histórias em quadrinhos que trazem representações de mulheres que foram atravessadas por guerras em várias partes do mundo, temos acesso a perspectivas que não devem mais ser silenciadas em nome do conforto de uma minoria que não deseja encarar seus crimes.

HISTÓRIA E CONHECIMENTO SOCIALMENTE LOCALIZADOS

Não só no âmbito da ciência da informação e da biblioteconomia, mas em áreas como a história, sociologia, a noção sobre suportes e meios de se produzir, armazenar, recuperar e compartilhar toda sorte de informação tem sido passível de mudanças e questionamentos. Hope Olson é frequentemente citada em artigos e produções acadêmicas como um exemplo de teórica da ciência da informação que questiona a forma como a informação tem sido registrada e recuperada ao longo dos séculos e denuncia o binarismo decorrente do viés de gênero encontrado na área. Por isso, uma possível chave para a compreensão de como o binarismo enaltece critérios e perspectivas consideradas naturalmente masculinas em detrimento de tudo que é feminino, é a crença, ainda atual, de que tudo que é do campo da razão pertence aos homens, portanto, estes seriam mais capazes de analisar o que quer que fosse a partir de uma perspectiva objetiva, técnica e, supostamente neutra. Nesse sentido, as mulheres

seriam excluídas do campo da razão e o homem se configura como o termo normativo (dominante). Ou seja, enquanto o “Homem” pode conhecer “a verdade universal”, A “mulher” não pode atingir a “racionalidade”. E sendo a racionalidade a norma, as mulheres não podem evitar a dominação enquanto a razão/emoção e o sujeito/objeto binários permanecem inquestionáveis (OLSON, 1997).

Se por volta dos anos 1930 alguns pesquisadores consideravam a possibilidade de dissociação entre o suporte físico da informação e o seu conteúdo (ARAÚJO, 2018), com o advento da internet e o surgimento das redes sociais, canais de vídeo e blogs essa dissociação não é mais possível, afinal, tanto o suporte como o meio em que uma informação é propagada definem o alcance e a recepção dessa informação, além de determinarem também quais afetos são articulados a partir dela. Ainda assim, o conceito de documento foi ampliado desde o seu surgimento, uma vez que seu conteúdo pode ser propagado e transmitido independentemente do suporte físico onde esteja armazenado. Como questiona Buckland (1997, p. 804), “o que é um documento e o que não poderia ser um documento?”, afinal, se por um lado os sistemas mais comuns de armazenamento e recuperação de informações se preocupavam demasiadamente com registros de textos ou que fossem semelhantes a um texto, o interesse pelo que o autor chamou de “multimídia” nos anos 1990 já indicava que nem todos os fenômenos caros à Ciência da informação eram necessariamente textuais. A julgar pelas linhas de pesquisa existentes no próprio programa de pós-graduação onde essa pesquisa é desenvolvida, Buckland estava certo ao afirmar que como cientistas da informação, seria possível que precisássemos lidar com diferentes tipos de fenômenos que alguém quisesse observar, desde eventos e processos a imagens e objetos.

A importância de se estabelecer algumas acepções dos termos documento e documentação reside no fato de que, por muito tempo, o valor conferido a essas noções definia o status social de certos dados e informações em detrimento daqueles que não estivessem formalmente registrados. Para Frohman (2008), esse tipo de hierarquização acarretaria o apagamento de informações sobre os mais diversos assuntos isso porque, a compreensão de que um documento nomeia a materialidade da informação seria responsável pelo entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação e é por meio dessa compreensão que seríamos capazes de estudar as consequências e os efeitos dessa materialidade. Ou seja, se a materialidade confere relevância aos dados, a ausência desses

dados gera lacunas cujas consequências são sentidas ainda hoje, especialmente em áreas como a saúde e segurança em que o corpo masculino é tomado como a medida de todas as coisas (PEREZ, 2022). Ao mesmo tempo, é possível ilustrar os benefícios do registro de dados a partir dos exemplos trazidos ao longo da bibliografia consultada, como é o caso de Josephine Butler, que escreveu cinco minibiografias de prostitutas para um jornal inglês (século XVIII), onde retratava a vida dessas mulheres e discorria sobre doenças venéreas que as acometiam e muitas vezes as levavam a óbito. Ao fazer isso, ela não só garantiu a existência dessas mulheres na história, mas também possibilitou debates sobre saúde que resultaram em uma campanha de avaliação médica para profissionais do sexo naquela época, garantindo a elas acesso a políticas públicas de saúde e à informação (READING, 2014).

Essa materialidade confere massa e peso aos documentos de acordo com o status que lhes são atribuídos em várias esferas de legitimação, ao mesmo tempo, “não pode haver informação sobre algo do tipo x se este tipo não existir. E se o tipo não pode existir sem documentação, então a documentação é necessária para que haja informação sobre ele” (FROHMAN, 2008, p. 25). De acordo com Frohman, a sociedade aceita a ausência ou inexistência de certos grupos de pessoas, acontecimentos ou objetos uma vez que não existem registros sobre eles. Isso não significa que não havia um tipo de pessoa que passava a ser reconhecido por burocratas ou estudiosos em um dado momento histórico, mas, ao contrário, que aquele tipo de pessoa passava a existir ao mesmo tempo em que o tipo era inventado.

Por isso, vale destacar que a teoria feminista, a partir do movimento da história oral também ofereceu uma importante intervenção crítica na dicotomia estabelecida entre o que foi conceituado como “história” e o que é chamado de “memória”, em que a história era aceita como registro legítimo, servindo então para excluir as vozes das mulheres por não terem acesso à escrita. Os estudos da memória ganharam legitimidade como objeto da história a partir dos anos 1980 e isso foi fundamental para a teoria feminista, pois passou a validar a história oral de grupos que até então ocupavam as margens da história (READING, 2014).

Exemplos como o da poeta Safo que é quase tão referenciada quanto outros poetas do sexo masculino contemporâneos a ela, ao contrário do que ocorreu com mulheres mesmo depois dela, reforçam a tese de alguns autores da ciência da informação

e da história em relação à hierarquização dos registros ao priorizarem os documentos escritos. Safo escrevia suas poesias em vez de confiar exclusivamente nos registros orais (READING, 2014). Muito embora não tenhamos o hábito de atribuir questões de gênero a esse fenômeno, vale lembrar que o direito aos estudos e à alfabetização, bem como meios de produzir textos escritos, não era (e ainda não é em algumas sociedades) garantido até recentemente às mulheres. Ou seja, não é possível dissociar o valor dado a certos tipos de documentos e produções dos marcadores associados a quem normalmente produzia trabalhos artísticos ou intelectuais e que até hoje são validados dentro de um sistema hierárquico que exclui ou desconsidera obras consideradas inferiores.

Alguns dos autores citados por Frohman (2008) reconhecem a importância da documentação na emergência de categorias de pessoas, principalmente a partir dos estudos de Hacking acerca do que ficou conhecido como a “avalanche de números”, por volta de 1820, e que possibilitou questionamentos sobre algumas categorias que até então não haviam sido registradas, como a dos suicidas e a dos homossexuais: “Não havia pessoas que sentissem prazer com atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo antes do séc. 19? Não havia pessoas que se matavam antes da “avalanche de números do século 19?” (FROHMAN, 2008, p. 27). Esses questionamentos indicam que a relação entre a materialização da informação por meio da documentação gerou a compreensão de que independentemente da data em que certos eventos “passaram a existir”, o que não havia era um corpo de enunciados documentados numa rede de instituições interligadas, de forma que as categorias “homossexual” ou “suicida” pudessem ganhar massa e peso de identidades específicas ou meios específicos de existirem como pessoas, pois não havia “informação” sobre elas.

Esses silêncios, sentidos em toda parte e em todos os tempos verbais, desconfigura a história ao marcar a “presença ausente” do feminino, o que caracterizaria a lacuna de dados de gênero explicitada por Perez (2022). Essa lacuna, que impede o acesso ao conhecimento relacionado a temas caros às mulheres, indica o desinteresse dos homens cis em cobrir certos assuntos que têm sido abordados por autoras, especialmente no que diz respeito ao corpo feminino, à carga de trabalho feminino não remunerado (tema do Enem de 2023) e à violência masculina contra as mulheres. Para Perez, esses assuntos são de extrema importância porque impactam todos os aspectos da vida das mulheres mesmo em situações que normalmente não relacionamos ao gênero, como é o

caso das histórias em quadrinhos (ou da ordem de limpeza das ruas de uma determinada cidade, como exemplifica a autora). Nesse sentido, “a lacuna de dados é, ao mesmo tempo, causa e consequência do pensamento leviano que entende a humanidade como quase exclusivamente masculina” (PEREZ, 2022, p.14).

Se por um lado podemos observar de que forma a documentação acerca de determinados temas tem sido debatida em produções acadêmicas e ficcionais, essa consciência por si só não garantiu que o conhecimento sobre esses temas tenha sido produzido e difundido de forma igualitária. O que chamaria a atenção para a ausência de imparcialidade nessas produções e colocaria a noção de que dados seriam neutros em xeque. Na verdade, ainda que durante este levantamento bibliográfico muitas sugestões sobre como reverter esse problema tenham sido apontadas, o fato é que a partir das considerações de Olson (1997) e dos dados trazidos por Perez (2022), O’Neil (2021) e Fisher (2023), a impressão que temos é que avançamos um passo rumo à diminuição das desigualdades de gênero, mas retrocedemos dois em vários sentidos.

A noção de que o conhecimento é socialmente localizado implica em diversos marcadores que o situa em um determinado campo ideológico e cultural (GARCIA-GUTIERREZ, 2006) mas, ao menos no que concerne à percepção de como as mulheres eram excluídas da produção de um conhecimento institucionalizado, esse fato pode estar relacionado ao contexto histórico europeu, principalmente a partir do início do século XVIII, quando se tornou possível seguir carreira intelectual não só como professor ou escritor, mas também como membro assalariado de certas organizações que se dedicavam à acumulação do conhecimento. Porém, mesmo antes disso, o fato de a história ser contada a partir de uma perspectiva masculina, longe de ser universal já que o universal é tão ideal e mítico quanto a neutralidade e a imparcialidade, ajudou a fixar no senso comum que as mulheres não participaram ativamente da história, a exemplo de sociedades em que mulheres perderam o poder a partir do momento que a escrita passou a ser a forma oficial de registro. Esse fenômeno pode ser observado a partir de descobertas recentes sobre as pinturas rupestres que eram atribuídas aos homens, mas hoje sabemos que mulheres não só as pintavam, como também participavam da caça ou de casos como os das guerreiras vikings que foram registradas como homens e a partir dos testes de DNA, foi constatado se tratar de mulheres que atuaram ao lado dos homens em saques e outros eventos (PEREZ, 2020).

Assim, vale ressaltar que os estudos decoloniais, bem como os estudos da memória têm sido responsáveis por recuperar conhecimentos que não eram considerados socialmente ou academicamente válidos. Isso é feito por meio do reconhecimento de que narrativas orais são também registros importantes da história e da cultura de sociedades cujos valores atribuídos a eles não residia na noção ocidental que a sociologia tinha sobre documentação. Não obstante, é por meio do registro, físico ou virtual, que é assegurado a certos grupos sua existência histórica.

LUGAR DE FALA E LUGAR DE MEMÓRIA NOS QUADRINHOS

Conceitos caros aos estudos culturais atualmente, o lugar de fala e o lugar de memória podem justificar a produção de histórias em quadrinhos sobre guerra produzidas por mulheres, como também servem de critério de análise para a compreensão dessas obras.

Embora o termo “lugar de fala” tenha diferentes origens, seu sentido mais recorrente no Brasil foi popularizado pela filósofa Djamila Ribeiro (2017). Ribeiro busca esclarecer equívocos frequentemente associados ao termo, como por exemplo a ideia de que quando o negro reivindica para si uma fala, as pessoas acreditam, automaticamente, que o lugar de fala se refere à não possibilidade de qualquer outra pessoa falar sobre situações que afligem a população negra. De acordo com Lélia Gonzalez, citada por Ribeiro, essa é uma visão essencialista também presente na academia quanto à produção intelectual de pessoas que fazem parte de grupos oprimidos, como se ao falarem a partir de seu local social, sua fala não seria neutra, pois

Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal é o branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim invisibilizando outras experiências do conhecimento. (RIBEIRO, 2017, p.10)

A importância de se refletir sobre o lugar de fala a partir das experiências e vivências de cada um se refere ao fato de que as pessoas possuem perspectivas a partir do lugar que ocupam na pirâmide social, ou seja, essas pessoas possuem repertórios distintos que as aproximam de determinadas produções, uma vez que pessoas integrantes dos

grupos dominantes se distinguem de quem está na base da pirâmide justamente por estabelecerem padrões estéticos, sociais, culturais, que as distanciam dessa base.

Já sobre os lugares de memória, Pierre Nora (NOGUEIRA, 2020) afirma que estes são estabelecidos com o propósito de preservar as lembranças ou fragmentos delas, numa tentativa de mantê-las ativas. Esses lugares partiriam da percepção de que a memória não surge espontaneamente; ela é criada a partir de registros, por meio de eventos comemorativos, de celebrações, da produção de discursos fúnebres e documentação de procedimentos, uma vez que essas ações não são inatas.

No passado, esses espaços abrigavam as memórias de um pequeno grupo privilegiado que buscava construir uma narrativa oficial da história, hierarquizada, enaltecendo grandes eventos e personalidades proeminentes. “Tratava-se de uma história centrada em monumentos, datas comemorativas de feitos notáveis de grandes líderes militares e descrições de batalhas monumentais” (NOGUEIRA, 2020), que se distanciava da vida cotidiana da população comum e marginalizando grupos subalternos, cujas memórias eram suprimidas e relegadas ao esquecimento. Ou seja, a memória e o esquecimento estariam interligados, uma vez que a memória é seletiva.

O corolário dessa memória seletiva e do apagamento deliberado da existência de certos grupos na história foi a negação da identidade e voz a esses grupos, exaltando os feitos de quem se situava em posição de maior destaque na esfera social enquanto relegava pessoas de menor capital econômico e social ao esquecimento. À medida que a história passa a considerar válidas as vozes mais diversas, é possível observar um processo de reconfiguração narrativa, que vem definindo quais sujeitos poderiam ser figurar como protagonistas e quais memórias mereceriam destaque.

Ao longo de suas obras, Bourdieu (1992, 1996, 2006, 2008) se dedicou a definir a existência de campos de poder cujos agentes estão em constante luta para se estabelecer em determinadas posições a partir das distinções que mantém em relação a grupos com os quais antagonizam. Esse poder, no caso da produção cultural e intelectual é de ordem simbólica, no entanto, não deixa de ser regido pelo espectro social e econômico ao qual o campo está circunscrito. Isso porque, “um campo seria um microcosmo social que detém certa autonomia, que possui suas próprias leis e normas e que se relaciona e recebe influência do espaço social mais amplo, ou seja, o macrocosmo” (CARVALHO, 2017, 143). No entanto, embora cada campo tenha suas próprias regras e

regulamentos, nenhum é capaz de evitar a influência do mundo em geral, e, assim, sua independência varia de acordo com essa influência. O campo é também uma arena de batalha entre os agentes que o compõem e que buscam alcançar certas posições dentro dele, posições essas que são adquiridas por meio da competição por capitais específicos - como os culturais, sociais e econômicos - que têm diferentes graus de valorização, dependendo das características de cada campo.

Assim, o status de uma narrativa é determinado pelas relações que seus locutores estabelecem com outros atores sociais que, por sua vez, ocupam uma posição elevada dentro de uma estrutura social. Essa posição não é fixa, pois os poderes que atuam dentro das estruturas estão em constante movimento de oposição e agregação, porém, ao longo da maior parte da história, essa movimentação se deu majoritariamente entre integrantes dos mesmos grupos sociais, o que, de maneira geral, acarretou poucas mudanças significativas em termos de diversidade em todos os âmbitos da produção humana.

De acordo com o diagrama de distinções de Bourdieu, atores sociais pertencentes aos mesmos grupos tendem a se aproximar de acordo com as semelhanças que compartilham à medida que se afastam de outros grupos, pois essa proximidade dentro do espaço social criaria uma predisposição para que os seus agentes se aproximassem ainda mais, possibilitando assim maior mobilização e articulação de seus integrantes em torno de interesses comuns (BOURDIEU, 1996). Ou seja, é por meio do poder que certos agentes possuem em um campo que as narrativas são hierarquizadas, o que, ao longo dos séculos significou que apenas uma perspectiva era valorizada em detrimento de outras tantas. Bourdieu (1989) define que os agentes mais visíveis do ponto de vista das categorias de percepção em vigor dentro de um campo são mais bem colocados no sentido de terem poder para mudar a visão de mundo e alterar essas categorias de percepção, no entanto, também seriam os menos inclinados a fazer isso.

Assim, é possível afirmar que há uma luta constante por posições e objetos que diferenciam os agentes entre “pretendentes” e “dominantes”, sendo o primeiro grupo formado por aqueles que estão entrando no campo e buscam alcançar determinada posição e o segundo, formado por agentes que buscam manter uma posição já estabelecida (CARVALHO, 2017). São essas relações de força que guiam o comportamento de cada um dos agentes de acordo com suas posições dentro do campo e isso significa, por

exemplo, que quanto maior o capital legitimado que um agente possui, mais chances de ser ouvido e, conseqüentemente, de se manter em uma posição de poder ele tem, o que, em termos históricos determinou quem era o narrador dos eventos.

A GUERRA TAMBÉM TEM ROSTO DE MULHER

O silenciamento das mulheres nas mais variadas esferas sociais é, acima de tudo, uma escolha política, como “aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído” (ORLANDI, 2015, *apud* LAGE, 2022, p.24). Para Lage, o silêncio não é passível de interpretação, mas sim de compreensão, e compreendê-lo é conhecer suas maneiras de significar. Assim, a partir do que Orlandi chama de política do silêncio, ou silenciamento, é possível inferir que “dizer e silenciar andam juntos”, pois se o sentido sempre é produzido a partir de um lugar e uma posição do sujeito, ao dizer algo, estaríamos deixando de dizer “outros” sentidos. Portanto, o silenciamento seria o resultado de uma declinação política do silêncio não como forma de calar, mas de dizer “uma” coisa para não permitir dizer “outras” e é essa percepção que conferiria ao silenciamento sua dimensão política (LAGE, 2022, p. 24).

No entanto, a falta de acesso aos meios de se produzir conhecimento sobre si e o apagamento sistêmico de diversos grupos, resultante do reforço histórico de uma noção de universalidade e imparcialidade, atravessou (e ainda atravessa) a produção de dados e informação em diversas áreas do conhecimento, não só na ciência da informação, mas é por meio de alguns exemplos de histórias em quadrinhos produzidas por mulheres que é possível observar como a perspectiva feminina acerca da guerra oferece um olhar diferenciado em relação a eventos que nos são narrados a partir de vieses que reforçam certos valores considerados intrínsecos aos homens, enquanto deliberadamente apagam o sofrimento e as consequências da guerra na vida das mulheres. Essas perspectivas conferem acesso a camadas de certos eventos que outras narrativas não alcançam, justamente porque os demais autores não possuem o mesmo repertório, uma vez que se situam em posições baseadas em um sistema de hierarquização do conhecimento que não contempla os saberes de grupos dos quais não fazem parte.

Em *A espera* (Pipoca & Nanquim, 2021), de Keum Suk Gendry-Kim, a autora parte da investigação sobre a própria família para narrar a forma como sua avó e sua mãe foram afetadas pelas separações e perdas causadas pela guerra na Coreia do Norte

e que as forçou migrar para a Coréia do Sul, ou seja, o foco narrativo está nas consequências familiares dessa guerra, não nos grandes feitos de generais e soldados que estiveram no Front.

Keum Suk Gendry-Kim repete a fórmula investigativa em *Gramma* (Pipoca & Nanquim, 2020) ao contar a história da vovó Ok-sun Lee, uma idosa que ela conhece em um lugar destinado a abrigar mulheres coreanas que atuaram como *comfortwomen* (mulheres de conforto) durante a guerra entre Japão e China no final dos anos 1930 e início dos 1940. Essas mulheres, sequestradas ou enganadas em sua juventude e início da adolescência eram obrigadas a se prostituir (na verdade, o termo correto seria escravidão sexual, uma vez que elas não eram pagas por seus serviços) em locais afastados destinados à satisfação sexual de soldados japoneses. Obrigadas a adotar nomes japoneses e a atender de 30 a 40 homens em um final de semana, as adolescentes estavam expostas a doenças e todo tipo de violência normalizada entre os homens que as procuravam. Em protestos que costumavam acontecer todas às quartas em frente à sede do governo coreano, essas mulheres buscaram por muito tempo um pedido de desculpas do Japão e da Coreia, além de indenização por toda violência sofrida.

A vietnamita naturalizada estadunidense Thi Bui, utiliza a história dos seus pais para denunciar as consequências da guerra do Vietnã na vida de pessoas que nada tinham a ver com o conflito na HQ *O melhor que podíamos fazer* (Nemo, 2017). Enquanto seu pai teve uma origem muito humilde e a guerra agravou a fome para sua família, a mãe de Thi Bui possuía uma condição de vida mais abastada, o que não a impediu de perder sua casa e ter que fugir de seu país para um campo de refugiados estando no final de uma gravidez. O drama vivido pela família da autora é retratado em detalhes que raramente temos acesso quando aprendemos sobre a guerra do Vietnã, já que uma vasta produção cinematográfica reforça a noção de que os Estados Unidos foram grandes vitoriosos em uma guerra contra um mal muito maior.

Seguindo a mesma premissa da investigação familiar, Nina Bunjevac, quadrinista canadense que é filha de sérvios, tenta descobrir sobre o envolvimento do seu pai em um atentado no Canadá em *Terra-Pátria* (Zarabatana, 2023). A autora conta com sua memória e relatos da sua mãe e avós para narrar eventos que estariam ligados a uma série de conflitos na região dos Balcãs e sobre os quais nós geralmente pouco sabemos. Utilizando recursos como mapas e explicações históricas, o leitor conhece as motivações

por trás das animosidades entre sérvios, iugoslavos, tchecos e, embora a quantidade de informações possa gerar uma certa confusão, o fato é que as guerras não envolvem apenas os soldados que atuam nas linhas de frente, mas impactam significativamente a vida de milhares de famílias por gerações.

Sobre essa noção de como uma guerra marca de forma indelével várias gerações de uma família muitas décadas depois de seu fim, Nora Krug oferece uma perspectiva também pouco apresentada nos quadrinhos: por ser alemã, ela não busca entender a história a partir do ponto de vista dos sobreviventes da Segunda Guerra, mas sim, entender seu lugar no mundo quando sua família, como tantas outras, se recusa a falar sobre o passado sob pena de entregar que esteve envolvida com a guerra do lado mais vergonhoso da história: como nazistas. Por isso, em sua busca por documentos em cartórios, consulados, bibliotecas, a quadrinista investiga a história de seus tios e avós na tentativa de descobrir se seus parentes foram responsáveis por atrocidades de guerra e, enquanto faz isso, registra fotos, documentos e curiosidades em sua HQ, fornecendo um acervo de informações muito detalhado sobre a cultura alemã pós-guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apagamento sistêmico das mulheres na história e a hierarquização do conhecimento ao longo dos séculos impossibilitou que tivéssemos acesso a narrativas que complementam o que conhecemos como história oficial, reforçando a ideia de que existe uma história única e que esta seria pautada exclusivamente em dados supostamente neutros e imparciais.

Ou seja, a história, ao priorizar narrativas de superação de homens nas guerras, apaga a história de milhares de mulheres que morreram ou foram brutalmente violentadas porque mesmo diante de um grande confronto, homens não podiam deixar de abusar de mulheres e crianças que cruzavam o seu caminho. É compreensível porque, assim como ocorre durante os depoimentos das mulheres entrevistadas por Svetlana, haja uma tentativa constante de silenciamento de vítimas de eventos que costumam ser carregados de valores nobres quando chegam até nós.

Grande parte das histórias contadas até há pouco tempo retratavam uma mesma perspectiva, colaborando com a perpetuação de uma história única e que não contempla a diversidade de vivências encontrada no mundo. Assim, uma das maneiras de

subverter um *status quo* que invisibiliza tais vivências é por meio da produção de registros que possibilitem a construção de novos imaginários e as histórias em quadrinhos seriam veículos de naturalização de discursos normalmente apagados. Esse apagamento é, acima de tudo, uma escolha política e se baseia em uma tentativa de assimilação do outro ou seja, em uma ação equalizadora do que nos é diferente, para que o outro caiba em nossas expectativas. Essa ideia de assimilação do outro parte de uma hierarquização de saberes e vivências que hoje muitos teóricos das ciências sociais entendem como parte de um processo de colonização. Essa perspectiva prevê que certos saberes são mais socialmente legitimados que outros e que, por isso, o interlocutor que detém maior poder simbólico dentro de uma interação deveria “elevar” o outro até seu patamar, deveria então assimilá-lo, torná-lo o mesmo. Assim, por meio da análise de vários quadrinhos produzidos por mulheres e que abordem temas relacionados à guerra, é possível compreender de que forma esses registros possibilitam a existência de narrativas diversas acerca de temas comuns.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da informação?** Belo Horizonte, 2018.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Companhia das Letras, São Paulo, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Edusp, 2008
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico: O novo capital. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996, p. 13-52.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- BOURDIEU, Pierre. O ponto de vista do autor. Algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BUCKLAND, M. K. What is a “document”? *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p.804-809, 1997.
- BUTLER, Judith. Excitable Speech: *A Politics of the Performative*. New York: Routledge. 1997
- CARVALHO, Beatriz Sequeira de. **O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos**. Dissertação de Mestrado. ECA/USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31102017-123128/pt-br.php>
- FROHMANN, B.. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência**

da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 19-34.

GARCÍA-GUTIÉRREZ, A.L. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, p. 93-111. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1758>

LAGE, Nara Bretas. **Aconteceu Comigo:** mulheres, narrativas de vida e violências nos quadrinhos de Laura Athayde. Tese de Doutorado do programa de Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022

NOGUEIRA, Natania A. S. **Gramma e o dever da memória:** O caso das Comfort Women. V fórum Discente e I Fórum de egressos do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Salgado de Oliveira (RJ) - 2020. In: Pesquisa e Educação à Distância, n.7, Niterói, 2020. Disponível em: [GRAMMA E O DEVER DE MEMÓRIA: O CASO DAS COMFORT WOMEN | Nogueira | PESQUISA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA \(universo.edu.br\)](http://www.universo.edu.br/GRAMMA-E-O-DEVER-DE-MEMORIA-O-CASO-DAS-COMFORT-WOMEN-Nogueira-PESQUISA-E-EDUCACAO-A-DISTANCIA)

OLSON, Hope A. The feminist and the emperor's new clothes: Feminist deconstruction as a critical methodology for library and information studies. *Library & information science research*, v. 19, n. 2, p. 181-198, 1997.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres invisíveis:** O viés dos dados em um mundo projetado para homens. Editora Intrínseca, 2022.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

READING, Anna. Making memory work for feminist theory. *The SAGE handbook of feminist theory*, p. 196-214, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990.

VERSÃO INTEGRAL EM LÍNGUA INGLESA

The Womanly face of the war: The war in comics trough the female gaze.

*Daniela dos Santos Domingues
Marino²*

INTRODUCTION

The absence of women and their narratives in records about wars is often more apparent to gender scholars and consumers of works produced by women, as is the case with the author of this article, that is, narratives of people who, although not necessarily in the trenches, were as much or more affected by conflicts as their children, brothers, husbands... And why are their stories not included in historical records and school textbooks if, in theory, women represent half of the world's population? Wouldn't understanding what happens to half of the population be of interest to society in general?

There are certain aspects of women's narratives about war that subvert the norm of what we used to learn in school. As Nobel Prize winner Svetlana Alexievich, author of *War's Unwomanly Face* (Cia das Letras, 2016), points out, "The history of wars is usually told from a male point of view: soldiers and generals, executioners and liberators. However, this is a mistake and an injustice."

Although Svetlana refers to women who were directly involved in wars, the fact is that throughout our lives we are much more exposed to narratives of war based on a heroic idea, even when it comes to stories about survivors, as in films such as *Schindler's List* (1993) or *The Pianist* (2002), always narrated from a male perspective that focuses heavily on overcoming adversity and other feelings that we understand to be noble.

When we compare American comic books from the 1940s with those produced more recently, there is a significant difference in the way women are portrayed.

² Master's degree in Communication Science from the School of Communications and Arts at the University of São Paulo ECA/USP (2018). PhD candidate in the graduate program in Information Science at ECA/USP. E-mail: dsdomingues@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8047443418080931>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8713-2254>.

While during World War II there was a profusion of comic books that praised women's participation on the front lines, mostly as superheroes in titles such as Girls Commando, Pat Parker – War Nurse, and Wonder Woman, more recent representations are based on biographical accounts of those who experienced the war in a much more dramatic way. In a way, when we read the accounts brought by Svetlana (2016), many of which were repeatedly interrupted or contradicted by the interviewees' spouses, it is possible to infer that there are aspects of wars that not only illustrate that the values of nobility and bravery normally associated with men in history are not as present as we are led to believe, but also strongly testify against these men, since the acts of violence inflicted on women in all wars are committed by them. In other words, the erasure of women in conflicts, in addition to reproducing a trend observed in all other spheres of human activity, favors the construction of a collective memory that protects cis men from accountability and shame for a series of crimes committed against women throughout history.

In this sense, by bringing together considerations from theorists in information science, gender studies, memory studies, and decolonial studies of narratives told from the margins, we gain access to records that establish the existence of people who are as much a part of “canonical” history as the most frequently referenced characters, enabling us to take new looks at the past and ensuring their place in future collective memory. In other words, it is through untold stories, through the recovery of women's narratives, that we can guarantee them a place in memory and, perhaps, claim some reparation when possible. Thus, from examples of comic books that feature representations of women who have been affected by wars in various parts of the world, we have access to perspectives that should no longer be silenced in the name of the comfort of a minority that does not want to face its crimes.

SOCIALLY LOCATED HISTORY AND KNOWLEDGE

Not only in the field of information science and library science, but also in areas such as history and sociology, the notion of supports and means of producing, storing, retrieving, and sharing all kinds of information has been subject to change and questioning. Hope Olson is often cited in articles and academic publications as an example of an information science theorist who questions the way information has been recorded and retrieved over the centuries and denounces the gender bias inherent in the

field. Therefore, a possible key to understanding how binary thinking extols criteria and perspectives considered naturally masculine to the detriment of everything feminine is the belief, still prevalent today, that everything in the field of reason belongs to men, who are therefore more capable of analyzing anything from an objective, technical, and supposedly neutral perspective. In this sense, women would be excluded from the field of reason, and men would be configured as the normative (dominant) term. In other words, while “Men” can know “universal truth,” ‘women’ cannot achieve “rationality.” And with rationality being the norm, women cannot avoid domination as long as the reason/emotion and subject/object binaries remain unquestionable (OLSON, 1997).

If around the 1930s some researchers considered the possibility of dissociation between the physical support of information and its content (ARAÚJO, 2018), with the advent of the internet and the emergence of social networks, video channels, and blogs, this dissociation is no longer possible. After all, both the medium and the means by which information is disseminated define the reach and reception of that information, as well as determining which emotions are articulated from it. Even so, the concept of a document has expanded since its emergence, since its content can be disseminated and transmitted independently of the physical medium on which it is stored. As Buckland (1997, p. 804) asks, “what is a document and what could not be a document?” after all, if on the one hand the most common systems for storing and retrieving information were overly concerned with text records or those similar to text, the interest in what the author called “multimedia” in the 1990s already indicated that not all phenomena dear to Information Science were necessarily textual. Judging by the lines of research in the graduate program where this research is being conducted, Buckland was right in stating that as information scientists, we might need to deal with different types of phenomena that someone wanted to observe, from events and processes to images and objects.

The importance of establishing some meanings for the terms document and documentation lies in the fact that, for a long time, the value conferred on these notions defined the social status of certain data and information to the detriment of those that were not formally recorded. For Frohman (2008), this type of hierarchy would lead to the erasure of information on a wide range of subjects because the understanding that a document names the materiality of information would be responsible for understanding

the public and social aspects of information, and it is through this understanding that we would be able to study the consequences and effects of this materiality. In other words, if materiality gives relevance to data, the absence of this data creates gaps whose consequences are still felt today, especially in areas such as health and safety, where the male body is taken as the measure of all things (PEREZ, 2022). At the same time, it is possible to illustrate the benefits of data recording from the examples provided throughout the bibliography consulted, such as the case of Josephine Butler, who wrote five mini-biographies of prostitutes for an English newspaper (18th century), where she portrayed the lives of these women and discussed the venereal diseases that afflicted them and often led to their death. In doing so, she not only ensured the existence of these women in history, but also enabled debates on health that resulted in a medical evaluation campaign for sex workers at that time, guaranteeing them access to public health policies and information (READING, 2014).

This materiality gives documents mass and weight according to the status assigned to them in various spheres of legitimacy. At the same time, “there can be no information about something of type x if this type does not exist. And if the type cannot exist without documentation, then documentation is necessary for there to be information about it” (FROHMAN, 2008, p. 25). According to Frohman, society accepts the absence or non-existence of certain groups of people, events, or objects since there are no records about them. This does not mean that there was no type of person who came to be recognized by bureaucrats or scholars at a given historical moment, but rather that that type of person came into existence at the same time that the type was invented.

Therefore, it is worth noting that feminist theory, based on the oral history movement, also offered an important critical intervention in the dichotomy established between what was conceptualized as “history” and what is called “memory,” in which history was accepted as a legitimate record, thus serving to exclude the voices of women because they did not have access to writing. Memory studies gained legitimacy as an object of history in the 1980s, which was fundamental to feminist theory, as it validated the oral history of groups that had previously been marginalized (READING, 2014).

Examples such as the poet Sappho, who is almost as widely referenced as other male poets of her time, unlike what happened to women even after her, reinforce the thesis of some authors in information science and history regarding the

hierarchization of records by prioritizing written documents. Sappho wrote her poetry instead of relying exclusively on oral records (READING, 2014). Although we are not in the habit of attributing gender issues to this phenomenon, it is worth remembering that the right to education and literacy, as well as the means to produce written texts, was not (and still is not in some societies) guaranteed to women until recently. In other words, it is not possible to dissociate the value given to certain types of documents and productions from the markers associated with those who normally produced artistic or intellectual works and who, even today, are validated within a hierarchical system that excludes or disregards works considered inferior.

Some of the authors cited by Frohman (2008) recognize the importance of documentation in the emergence of categories of people, mainly based on Hacking's studies on what became known as the “avalanche of numbers” around 1820, which made it possible to question some categories that had not been recorded until then, such as suicides and homosexuals: “Were there no people who enjoyed sexual activities with people of the same sex before the 19th century? Were there no people who killed themselves before the ‘avalanche of numbers in the 19th century?’” (FROHMAN, 2008, p. 27). These questions indicate that the relationship between the materialization of information through documentation led to the understanding that regardless of the date on which certain events “came into existence,” what was lacking was a body of documented statements in a network of interconnected institutions, so that the categories “homosexual” or ‘suicidal’ could gain mass and weight as specific identities or specific means of existing as people, since there was no “information” about them.

These silences, felt everywhere and in all tenses, distort history by marking the “absent presence” of the feminine, which would characterize the gender data gap explained by Perez (2022). This gap, which prevents access to knowledge related to topics dear to women, indicates the lack of interest of cis men in covering certain subjects that have been addressed by female authors, especially with regard to the female body, unpaid female labor (the theme of the 2023 Enem exam), and male violence against women. For Perez, these issues are extremely important because they impact all aspects of women's lives, even in situations that we do not normally relate to gender, such as comic books (or the order in which streets are cleaned in a given city, as the author exemplifies). In this sense, “the data gap is both the cause and consequence of

the frivolous thinking that understands humanity as almost exclusively male” (PEREZ, 2022, p.14).

While we can observe how documentation on certain topics has been debated in academic and fictional works, this awareness alone has not ensured that knowledge on these topics has been produced and disseminated equally. This would draw attention to the lack of impartiality in these works and call into question the notion that data is neutral. In fact, although during this bibliographic survey many suggestions on how to reverse this problem have been pointed out, the fact is that based on the considerations of Olson (1997) and the data provided by Perez (2022), O'Neil (2021), and Fisher (2023), the impression we have is that we have taken one step toward reducing gender inequalities, but we have taken two steps backward in several ways.

The notion that knowledge is socially located implies various markers that situate it in a particular ideological and cultural field (GARCIA-GUTIERREZ, 2006) but, at least with regard to the perception of how women were excluded from the production of institutionalized knowledge, this fact may be related to the European historical context, especially from the beginning of the 18th century, when it became possible to pursue an intellectual career not only as a teacher or writer, but also as a salaried member of certain organizations dedicated to the accumulation of knowledge. However, even before that, the fact that history was told from a male perspective, far from being universal since the universal is as ideal and mythical as neutrality and impartiality, helped to establish in common sense that women did not actively participate in history, as in societies where women lost power from the moment writing became the official form of record. This phenomenon can be observed from recent discoveries about cave paintings that were attributed to men, but today we know that women not only painted them, but also participated in hunting or in cases such as those of Viking warriors who were recorded as men and, based on DNA tests, were found to be women who fought alongside men in raids and other events (PEREZ, 2020).

Thus, it is worth noting that decolonial studies, as well as memory studies, have been responsible for recovering knowledge that was not considered socially or academically valid. This is done through the recognition that oral narratives are also important records of the history and culture of societies whose values did not reside in

the Western notion that sociology had about documentation. Nevertheless, it is through physical or virtual records that certain groups are assured of their historical existence.

PLACE OF SPEECH AND PLACE OF MEMORY IN COMIC BOOKS

Concepts that are currently important in cultural studies, place of speech and place of memory can justify the production of comic books about war produced by women, as well as serving as criteria for analyzing and understanding these works.

Although the term “place of speech” has different origins, its most recurrent meaning in Brazil was popularized by philosopher Djamila Ribeiro (2017). Ribeiro seeks to clarify misconceptions often associated with the term, such as the idea that when black people claim a voice for themselves, people automatically believe that the place of speech refers to the impossibility of anyone else speaking about situations that afflict the black population. According to Lélia Gonzalez, cited by Ribeiro, this is an essentialist view also present in academia regarding the intellectual production of people who are part of oppressed groups, as if, when speaking from their social position, their speech would not be neutral, because

Those who have social privilege have epistemic privilege, since the valued and universal model is white. The consequence of this hierarchy legitimized the Eurocentric epistemological explanation as superior, giving modern Western thought the exclusivity of what would be valid knowledge, structuring it as dominant and thus making other experiences of knowledge invisible. (RIBEIRO, 2017, p.10)³

The importance of reflecting on one's place of speech based on one's experiences and life events refers to the fact that people have perspectives based on their place in the social pyramid, that is, these people have different repertoires that bring them closer to certain productions, since members of dominant groups distinguish themselves from those at the bottom of the pyramid precisely by establishing aesthetic, social, and cultural standards that distance them from that base.

As for places of memory, Pierre Nora (NOGUEIRA, 2020) states that these are established with the purpose of preserving memories or fragments of them, in an attempt to keep them active. These places are based on the perception that memory does not arise spontaneously; it is created from records, through commemorative events,

³ Traduzido do Português para o Inglês.

celebrations, the production of funeral speeches, and the documentation of procedures, since these actions are not innate.

In the past, these spaces housed the memories of a small privileged group that sought to construct an official, hierarchical narrative of history, extolling great events and prominent personalities. “It was a history centered on monuments, commemorative dates of notable achievements of great military leaders, and descriptions of monumental battles” (NOGUEIRA, 2020), which distanced itself from the daily life of the common population and marginalized subordinate groups, whose memories were suppressed and relegated to oblivion. In other words, memory and forgetting were interconnected, since memory is selective.

The corollary of this selective memory and the deliberate erasure of the existence of certain groups in history was the denial of identity and voice to these groups, exalting the achievements of those who were in a more prominent position in the social sphere while relegating people with less economic and social capital to oblivion. As history begins to consider more diverse voices valid, it is possible to observe a process of narrative reconfiguration, which has been defining which subjects could be featured as protagonists and which memories deserve to be highlighted.

Throughout his works, Bourdieu (1992, 1996, 2006, 2008) devoted himself to defining the existence of fields of power whose agents are in constant struggle to establish themselves in certain positions based on the distinctions they maintain in relation to groups with which they antagonize. This power, in the case of cultural and intellectual production, is symbolic in nature, but it is nonetheless governed by the social and economic spectrum to which the field is confined. This is because “a field would be a social microcosm that has a certain autonomy, its own laws and norms, and that relates to and is influenced by the broader social space, that is, the macrocosm” (CARVALHO, 2017, 143). However, although each field has its own rules and regulations, none is capable of avoiding the influence of the world at large, and thus its independence varies according to that influence. The field is also a battleground between the agents that comprise it and who seek to achieve certain positions within it, positions that are acquired through competition for specific capitals—such as cultural, social, and economic—which have different degrees of value depending on the characteristics of each field.

Thus, the status of a narrative is determined by the relationships its speakers establish with other social actors who, in turn, occupy a high position within a social structure.

This position is not fixed, as the powers operating within these structures are in constant movement of opposition and aggregation. However, throughout most of history, this movement has occurred predominantly among members of the same social groups, which, in general, has led to few significant changes in terms of diversity across all areas of human production.

According to Bourdieu's diagram of distinctions, social actors belonging to the same groups tend to draw closer based on the similarities they share as they distance themselves from other groups. This proximity within the social space creates a predisposition for these agents to become even closer, thus enabling greater mobilization and articulation of their members around common interests (BOURDIEU, 1996). In other words, it is through the power that certain agents hold in a field that narratives are hierarchized. Over the centuries, this has meant that only one perspective was valued, to the detriment of many others. Bourdieu (1989) defines that the most visible agents in terms of the prevailing categories of perception within a field are better positioned to possess the power to change the worldview and alter these categories of perception. However, they are also the least inclined to do so.

Therefore, it is possible to affirm that there is a constant struggle for positions and objects that differentiate agents between "aspirants" and "dominants." The former are those entering the field and seeking to attain a certain position, while the latter are agents seeking to maintain an already established position (CARVALHO, 2017). These power relations guide the behavior of each agent according to their position within the field. This means, for instance, that the greater the legitimized capital an agent possesses, the more likely they are to be heard and, consequently, to remain in a position of power—which, in historical terms, has determined who gets to narrate events.

WAR ALSO HAS A WOMAN'S FACE

O silenciamento das mulheres nas mais variadas esferas sociais é, acima de tudo, uma escolha política, como "aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído" (ORLANDI, 2015, apud LAGE, 2022, p.24). Para Lage, o silêncio não é passível de interpretação, mas sim de compreensão, e compreendê-lo é conhecer suas maneiras de

significar. Assim, a partir do que Orlandi chama de política do silêncio, ou silenciamento, é possível inferir que “dizer e silenciar andam juntos”, pois se o sentido sempre é produzido a partir de um lugar e uma posição do sujeito, ao dizer algo, estaríamos deixando de dizer “outros” sentidos. Portanto, o silenciamento seria o resultado de uma declinação política do silêncio não como forma de calar, mas de dizer “uma” coisa para não permitir dizer “outras” e é essa percepção que conferiria ao silenciamento sua dimensão política (LAGE, 2022, p. 24).

However, the lack of access to the means of producing knowledge about oneself—and the systemic erasure of various groups resulting from the historical reinforcement of a notion of universality and impartiality—has shaped (and still shapes) the production of data and information in various fields of knowledge, not only in information science. It is through some examples of comic books created by women that one can observe how the feminine perspective on war offers a distinct view of events often narrated through biases that reinforce values deemed intrinsic to men, while deliberately erasing the suffering and consequences of war in women’s lives. These perspectives provide access to layers of certain events that other narratives do not reach, precisely because the other authors do not possess the same repertoire, as they occupy positions based on a hierarchical system of knowledge that excludes the insights of groups they do not belong to.

In *The Waiting* (Pipoca & Nanquim, 2021), by Keum Suk Gendry-Kim, the author draws on an investigation into her own family to narrate how her grandmother and mother were affected by the separations and losses caused by the Korean War, which forced them to migrate from North Korea to South Korea. In this sense, the narrative focus is on the familial consequences of this war, rather than on the great deeds of generals and soldiers who were on the front lines. Keum Suk Gendry-Kim repeats this investigative formula in *Grass* (Pipoca & Nanquim, 2020) by telling the story of Grandma Ok-sun Lee, an elderly woman she meets in a shelter for Korean women who had served as *comfort women* during the war between Japan and China in the late 1930s and early 1940s. These women, kidnapped or deceived in their youth and early adolescence, were forced into prostitution (in reality, the correct term would be sexual slavery, since they were not paid for their “services”) in remote locations designated for the sexual satisfaction of Japanese soldiers.

Forced to adopt Japanese names and to attend to 30 to 40 men over a single weekend, these young girls were exposed to diseases and all types of violence normalized among the men who sought them. In protests that usually took place every Wednesday in front of the Korean government headquarters, these women demanded for years an apology from both Japan and Korea, as well as compensation for all the violence they had suffered.

The Vietnamese-born, naturalized American author **Thi Bui** uses her parents' story to denounce the consequences of the Vietnam War on the lives of people who had nothing to do with the conflict in the graphic novel *The Best We Could Do* (Nemo, 2017). While her father came from a very humble background and the war worsened the famine his family faced, Thi Bui's mother came from a more affluent background—which did not prevent her from losing her home and having to flee the country to a refugee camp while in the late stages of pregnancy. The drama experienced by the author's family is portrayed in details that we rarely have access to when learning about the Vietnam War, especially since a vast amount of cinematic production reinforces the idea that the United States were great victors in a war against a much greater evil.

Following the same premise of family investigation, **Nina Bunjevac**, a Canadian cartoonist of Serbian descent, attempts to uncover her father's involvement in a bombing in Canada in *Fatherland* (Zarabatana, 2023). The author draws on her memories and accounts from her mother and grandparents to narrate events tied to a series of conflicts in the Balkans—conflicts about which we usually know very little. Using resources such as maps and historical explanations, the reader becomes familiar with the motivations behind the hostilities among Serbs, Yugoslavs, Czechs, and others. Although the amount of information can at times be overwhelming, the fact remains that wars do not involve only the soldiers on the front lines—they significantly impact the lives of thousands of families for generations. The author draws on her memories and accounts from her mother and grandparents to narrate events tied to a series of conflicts in the Balkans—conflicts about which we usually know very little. Using resources such as maps and historical explanations, the reader becomes familiar with the motivations behind the hostilities among Serbs, Yugoslavs, Czechs, and others. Although the amount of information can at times be overwhelming, the fact remains that

wars do not involve only the soldiers on the front lines—they significantly impact the lives of thousands of families for generations.

On this idea of how a war can indelibly mark several generations of a family decades after its end, **Nora Krug** offers a perspective rarely portrayed in comics: Being German, she does not seek to understand history from the perspective of the survivors of World War II, but rather attempts to understand her place in the world when her family—like so many others—refuses to speak about the past for fear of revealing that they were involved on the most shameful side of history: as Nazis. Thus, in her search for documents in registries, consulates, and libraries, the cartoonist investigates the lives of her uncles and grandparents in an attempt to discover whether her relatives were responsible for war atrocities. While doing so, she collects photos, documents, and curiosities in her graphic novel, providing a highly detailed collection of information about post-war German culture.

FINAL CONSIDERATIONS

The systemic erasure of women throughout history and the hierarchical structuring of knowledge over the centuries have prevented access to narratives that complement what we know as official history. This reinforces the idea that there is a single history—one supposedly grounded in neutral and impartial data.

In other words, history, by prioritizing narratives of male heroism in wars, erases the stories of thousands of women who died or were brutally violated—because even in the face of large-scale conflict, men could not refrain from abusing women and children who crossed their paths. It is understandable, therefore, that—just as seen in the testimonies of women interviewed by Svetlana—there is a constant attempt to silence victims of events that tend to be framed with noble values by the time they reach us.

For a long time, most stories told reflected the same perspective, contributing to the perpetuation of a single narrative that fails to account for the diversity of lived experiences across the world. Thus, one way to subvert a status quo that renders such experiences invisible is through the production of records that allow the construction of new imaginaries—and comics can serve as vehicles for the naturalization of discourses that are often erased. This erasure is, above all, a political choice, grounded in an attempt to assimilate the other—that is, an equalizing action that seeks to fit what is different into our own expectations. This idea of assimilating the other stems from a

hierarchy of knowledge and experiences that many social science theorists today recognize as part of a process of colonization. This perspective assumes that certain forms of knowledge are more socially legitimized than others, and that, therefore, the interlocutor who holds greater symbolic power in an interaction should “elevate” the other to their level—should, in other words, assimilate them, make them the same. Thus, through the analysis of various comics created by women and focused on war-related themes, it is possible to understand how such records enable the emergence of diverse narratives about commonly explored topics.

REFERENCES

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da informação?** Belo Horizonte, 2018.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Companhia das Letras, São Paulo, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Edusp, 2008
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico: O novo capital. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996, p. 13-52.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- BOURDIEU, Pierre. O ponto de vista do autor. Algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BUCKLAND, M. K. What is a “document”? *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p.804-809, 1997.
- BUTLER, Judith. Excitable Speech: *A Politics of the Performative*. New York: Routledge. 1997
- CARVALHO, Beatriz Sequeira de. **O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos**. Dissertação de Mestrado. ECA/USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31102017-123128/pt-br.php>
- FROHMANN, B.. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 19-34.
- GARCÍA-GUTIÉRREZ, A.L. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, p. 93-111. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1758>

LAGE, Nara Bretas. **Aconteceu Comigo:** mulheres, narrativas de vida e violências nos quadrinhos de Laura Athayde. Tese de Doutorado do programa de Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022

NOGUEIRA, Natania A. S. **Gramma e o dever da memória:** O caso das Comfort Women. V fórum Discente e I Fórum de egressos do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Salgado de Oliveira (RJ) - 2020. In: Pesquisa e Educação à Distância, n.7, Niterói, 2020. Disponível em: [GRAMMA E O DEVER DE MEMÓRIA: O CASO DAS COMFORT WOMEN | Nogueira | PESQUISA & EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA \(universo.edu.br\)](https://www.universo.edu.br/revista-gramma-e-o-dever-da-memoria-o-caso-das-comfort-women-nogueira-pesquisa-e-educacao-a-distancia)

OLSON, Hope A. The feminist and the emperor's new clothes: Feminist deconstruction as a critical methodology for library and information studies. *Library & information science research*, v. 19, n. 2, p. 181-198, 1997.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres invisíveis:** O viés dos dados em um mundo projetado para homens. Editora Intrínseca, 2022.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

READING, Anna. Making memory work for feminist theory. *The SAGE handbook of feminist theory*, p. 196-214, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v.15, n.2, jul./dez. 1990.